

Formato do STS10 segue indefinido

Suspense continua em área no cais do Saboó

DA REDAÇÃO

O Governo Federal mantém o suspense em torno do formato do STS10, área originalmente destinada a um terminal para contêineres de grande porte, no cais do Saboó. O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) não dá informações precisas sobre as discussões que envolvem o espaço.

A área de mais de 600 mil metros quadrados atualmente abriga apenas o terminal multipropósito Ecoporto, cujo arrendamento já venceu e foi prorrogado de forma temporária até dezembro. Após contradições, o MPor não fala se renovará o contrato.

Ainda há um entendimento entre os governos Municipal, Estadual e Federal de que o STS10 deve receber o terminal de cruzeiros do Concais, a ser transferido de Outeirinhos.

Enquanto isso, gigantes do setor de contêineres defendem um supertermi-

nal na área, aumentando a capacidade do Porto de Santos.

“O STS10 é urgente. Dá para acomodar o terminal de cruzeiros, mas é impossível manter o Ecoporto ali. Um terminal do porte do STS10 representaria em torno de R\$ 500 milhões em impostos e tributos arrecadados por ano ao Porto de Santos”, enfatiza o consultor portuário e columnista de A Tribuna Luis Cláudio Montenegro.

Segundo ele, o contêiner é prioridade no mundo porque ele tem “impacto difuso” na economia. “Se chega numa situação de gargalo como a de Santos, hoje, começa a parar a produção e gera demissões em diversas cadeias produtivas”, argumenta Montenegro. Pelo índice de ocupação nos terminais hoje, ele afirma que a capacidade do cais santista já está esgotada, o que é negado pela Autoridade Portuária de Santos (APS).



Gigantes do setor de contêineres pressionam para um super terminal na área do STS10, aumentando a capacidade do Porto de Santos

ARRASTADO

A discussão sobre o STS10 se arrasta há anos. No dia 5 de julho, na inauguração do Parque Valongo, o ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, disse que “havia iniciado” um debate com a Casa Civil sobre o STS10 “para qualificar a área” e “discutir a modelagem”. Passados mais de dois meses, não há

nada de concreto.

No início deste mês, Costa Filho e o ministro da Casa Civil, Rui Costa, estiveram em Santos e se reuniram a portas fechadas com o presidente da APS, Anderson Pomini, e com representantes de empresas portuárias na sede administrativa do Porto. O encontro foi sigiloso e os dois ministros

evitaram a imprensa.

Na mesma data, Costa Filho recebeu lideranças sindicais que pediam a permanência da Ecoporto — que contrata mensalmente 2 mil portuários avulsos e tem 500 trabalhadores fixos. Em entrevista para A Tribuna na ocasião, o presidente do Sindicato dos Estivadores (Sindestiva), Bruno José dos

Santos, afirmou que o ministro de Portos e Aeroportos garantiu que o contrato com o Ecoporto seria prorrogado por dois anos.

Posteriormente, em nota, o MPor negou que Costa Filho tenha feito essa promessa, mas o ministro não atendeu ao pedido de entrevista para falar sobre o assunto.